



## COIAB AYU'RU AMAZÔNIA INDÍGENA EM CONEXÃO

### ALERTA

Como a crise climática e a exploração de combustíveis fósseis e minérios impactam os territórios indígenas.

Pág. 8

### MARCO TEMPORAL

Ameaça legislativa põe em risco direitos territoriais indígenas.

Pág. 11

# NOSSO VOTO, NOSSO TERRITÓRIO, NOSSO FUTURO

Por meio de ações e projetos, Coiab fortalece a formação política desde as bases e incentiva candidaturas indígenas nas eleições gerais. Pág. 18



Foto: Kaiti Gavião

### CLIMA E BIODIVERSIDADE

Diplomacia e articulação indígenas mostram sua força em espaços internacionais.

Pág. 25

### CIÊNCIAS INDÍGENAS

Fundo Podáali premia soluções indígenas para a crise climática.

Pág. 29

### REDES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA

Confira as conquistas e avanços do projeto da Coiab e TNC para a Amazônia brasileira.

Pág. 31



APIB · COICA · PODAALI · UMIAB  
— APIAM · APOIANP · ARPIT  
CIR · COAPIMA · FEPIPA  
FEPOINT · M. ACRE · OPIROMA



Foto: Acervo Coiab



## Parentes e parentas!

Nos reencontramos no Acampamento Terra Livre (ATL), mais uma vez unidos para mobilizar forças em defesa dos direitos dos povos indígenas. O tema da Coiab este ano é “Terra Demarcada, Vida Protegida: Nosso Futuro Não Está à Venda”, reforçando que a demarcação das Terras Indígenas é fundamental para a proteção da vida e dos direitos indígenas em toda a Amazônia brasileira.

Nossos territórios têm enfrentado ameaças crescentes, como a mineração, o agronegócio, a exploração do petróleo e os grandes empreendimentos que avançam sem respeitar nosso direito à consulta livre, prévia e informada. Nesse cenário desafiador, devemos permanecer juntos e mobilizados, para gritar ao mundo que nossos direitos não serão negociados.

A Coiab segue firme no enfrentamento dessas pressões, incidindo por meio de suas gerências e projetos, fortalecendo as organizações indígenas da Amazônia, promovendo a formação de lideranças e a autonomia e sustentabilidade dos povos, cumprindo a missão que assumiu há 37 anos.

Em um ano de eleições, é essencial votar em candidatos, especialmente indígenas, comprometidos com a defesa dos nossos direitos. Seguimos juntos, em luta e resistência, por nossos territórios e nosso futuro!

**Toya Manchineri**  
Coordenador-geral da Coiab

Foto: Rafael Melgueiro



## Saudações, parentas, parentes e amigos do movimento indígena!

É com alegria que cumprimento todos os leitores e leitoras do nosso jornal da Coiab, nossa rede Coiab dos nove estado da Amazônia brasileira. Este jornal é um espaço de informação, formação e fortalecimento da nossa luta, conectando os territórios, as lideranças e as organizações de base em toda a nossa região.

Seguimos avançando como movimento indígena, fortalecendo nossas organizações, ampliando nossas redes de comunicação e incidindo cada vez mais nos espaços de decisão, tanto no Brasil quanto no cenário internacional. Muitas dessas conquistas são resultado do trabalho coletivo construído pela Coiab junto a rede de organizações, lideranças e parceiros.

Sabemos que os desafios ainda são muitos, especialmente diante das ameaças que surgem no campo legislativo e das pressões sobre nossos territórios. Por isso, este é um tempo de atenção, união e mobilização permanente. Também é um período importante de decisões para o nosso país, e precisamos estar conscientes e organizados para defender nossos direitos e o nosso futuro.

Seguiremos juntos, firmes na defesa dos nossos territórios, da nossa autonomia e da vida dos nossos povos. Nossa força está na união!

**Alcebias Saporá**  
Vice-Coordenador da Coiab

## Saudações, parentes e parentas!

É com grande satisfação que saudamos todos os parentes e parentas vindos de diversas partes do Brasil!

Neste espaço de mobilização coletiva, mostramos a força do movimento indígena na articulação que une gerações na luta por nossos direitos. Como coordenação, temos ocupado os mais diversos espaços, visitado os territórios fortalecendo nossas bases e utilizado todos os meios para alcançar nossas comunidades e propagar o nosso trabalho.

Somos resistentes, com o vigor proveniente da sabedoria dos nossos antepassados, fortalecido e continuado pela nossa juventude e ensinado às nossas crianças. Com este conhecimento, construído a partir da escuta ativa das nossas lideranças, temos fortalecido a participação da juventude, das mulheres através da Umiab e das crianças através do Cafi Parentinho.

A mensagem trazida pela Coiab reforça nosso compromisso no esforço conjunto pela garantia territorial dos povos indígenas da Amazônia brasileira e reconhecimento da demarcação como política climática, a fim de proteger nossas terras, nossas culturas e assegurar o futuro do planeta.

O legado desenvolvido até aqui e a partir daqui será um alicerce vivo para as próximas gerações.



Foto: Rafael Melgueiro

### **Dineva Kayabi**

Coordenadora-tesoureira da Coiab

## Parentes e parentas,

Saudamos mais um ano de trabalho junto com a Coiab e com o movimento indígena da Amazônia. Seguimos a caminho do Acampamento Terra Livre lembrando que 2025 foi um ano de grandes desafios para os povos indígenas.

A aprovação da Lei 14.701/2023 representa uma grave ameaça aos territórios e aos nossos direitos. Mesmo diante desse cenário, os parentes seguem mobilizados dentro e fora de seus territórios, fortalecendo a luta coletiva.

Também acompanhamos com preocupação o debate sobre a liberação da mineração em terras indígenas e a tentativa de regulamentar essa prática, que pode trazer sérios riscos para nossos povos.

Este é um ano de eleições no Brasil e também de eleições nas organizações indígenas. Por isso, reforçamos a importância da participação política e do voto consciente.

Seguimos firmes na defesa da demarcação dos territórios e afirmamos que nossos direitos não estão à venda. O futuro dos povos indígenas não pode ser usado como moeda de troca!



Foto: Bruna Sirayp

### **Marciely Ayap Tupari**

Coordenadora-secretária da Coiab

## Saudações, Amazônia indígena!

Seguimos trabalhando incansavelmente para o fortalecimento do movimento indígena, ampliando nossa participação e organização em toda a Amazônia. A atual gestão da Coiab tem desenvolvido importantes ações nos nove estados da Amazônia brasileira, com o compromisso de fortalecer nossas bases e garantir melhores condições de atuação para nossos povos.

Não medimos esforços na luta, buscando parcerias e caminhos para fortalecer nossas ações. A Coiab tem atuado em diversas frentes para promover o fortalecimento das organizações indígenas, a formação de lideranças e a autonomia dos povos.

Estamos próximos de concluir nosso mandato, com uma avaliação positiva desse período, avançando no fortalecimento das organizações de base e das etnorregionais. Seguimos firmes na defesa da demarcação das Terras Indígenas, que continua sendo um dos pilares centrais da nossa luta.

No ATIL, seguimos fortalecendo nossa articulação nacional junto à Apib e demais organizações. Nossa tenda será espaço de debates, trocas e construção coletiva em defesa dos povos indígenas da Amazônia. Também reforçamos nosso chamado ao governo federal pela demarcação dos territórios indígenas.

Convidamos todas as lideranças a participarem ativamente, com responsabilidade e união, fortalecendo nosso movimento. Que possamos ir bem, retornar bem e seguir firmes em nossas bases.

**Sérgio Marworno**

Vice-Coordenador Secretário da Coiab

---

## Olá, parentes e parentas!

Estamos vivendo um cenário de muitos desafios, mas também de importantes avanços para o movimento indígena na Amazônia. Quero dizer a vocês que é na nossa união, na nossa aliança e na nossa estratégia coletiva de luta e resistência que está a nossa maior força e é isso que mantém a Amazônia em pé e protege nossos territórios, nossos conhecimentos e nossos modos de vida.

A resposta para os desafios que o mundo enfrenta hoje, como a crise climática e a perda da biodiversidade, passa necessariamente pelos sistemas de conhecimentos dos povos indígenas. Esses conhecimentos precisam caminhar lado a lado com outras formas de ciência e tecnologia, como parte de um novo caminho para a humanidade. Nossa luta é pela vida. Nossa luta é pelo território. Nossa luta é para garantir que os povos indígenas continuem vivendo em seus territórios, como sempre viveram.

Nos últimos anos, avançamos no fortalecimento das organizações indígenas, especialmente por meio da atuação da Coiab, fortalecendo as organizações territoriais e a proteção dos territórios a partir da atuação dos próprios povos indígenas. Também avançamos na articulação internacional entre os povos indígenas da bacia amazônica, fortalecendo a defesa dos nossos direitos para além das fronteiras.

E diante das ameaças e violações de direitos, precisamos seguir fortalecendo nossa participação política, a comunicação indígena e a formação de nossas lideranças. Nosso chamado é para que sigamos unidos, vigilantes e organizados na defesa dos territórios, da vida, da autonomia dos povos e dos povos indígenas isolados. É nessa caminhada coletiva que seguimos fortalecendo a Amazônia e defendendo o futuro.

**Angela Kaxuyana**

Representante da Coiab na Bacia Amazônica



Foto: Acervo Coiab



Foto: Kaiti Gavião

## Olá, parentes e parentas, lideranças dos nove estados da Amazônia brasileira, do Brasil e do mundo!

2025 foi um ano de resultados impressionantes no qual galgamos conquistas a nível mundial para o futuro dos povos e dos nossos territórios diante do enfrentamento à emergência climática que o mundo vive, respostas diretas das nossas incidências, que foram fortes e positivas.

Por isso, hoje apresento uma mensagem de compromisso e de permanência na luta do movimento indígena frente aos desafios que nos aguardam; destaco a necessidade de que o Brasil cumpra os compromissos firmados no âmbito da COP30 e, sobretudo, o reforço das candidaturas indígenas, para que possamos eleger o maior número possível de representantes alinhados à nossa pauta nos diferentes espaços de poder nas eleições deste ano.

Seguiremos intensificando a defesa de nossos direitos e territórios; ocuparemos coletivamente espaços estratégicos de tomada de decisão, inserindo a perspectiva indígena nas reflexões sobre o futuro do Brasil e do planeta.

**Kleber Karipuna**

Coordenador-executivo da Apib pela Coiab



Foto: Pepyaká Krikati

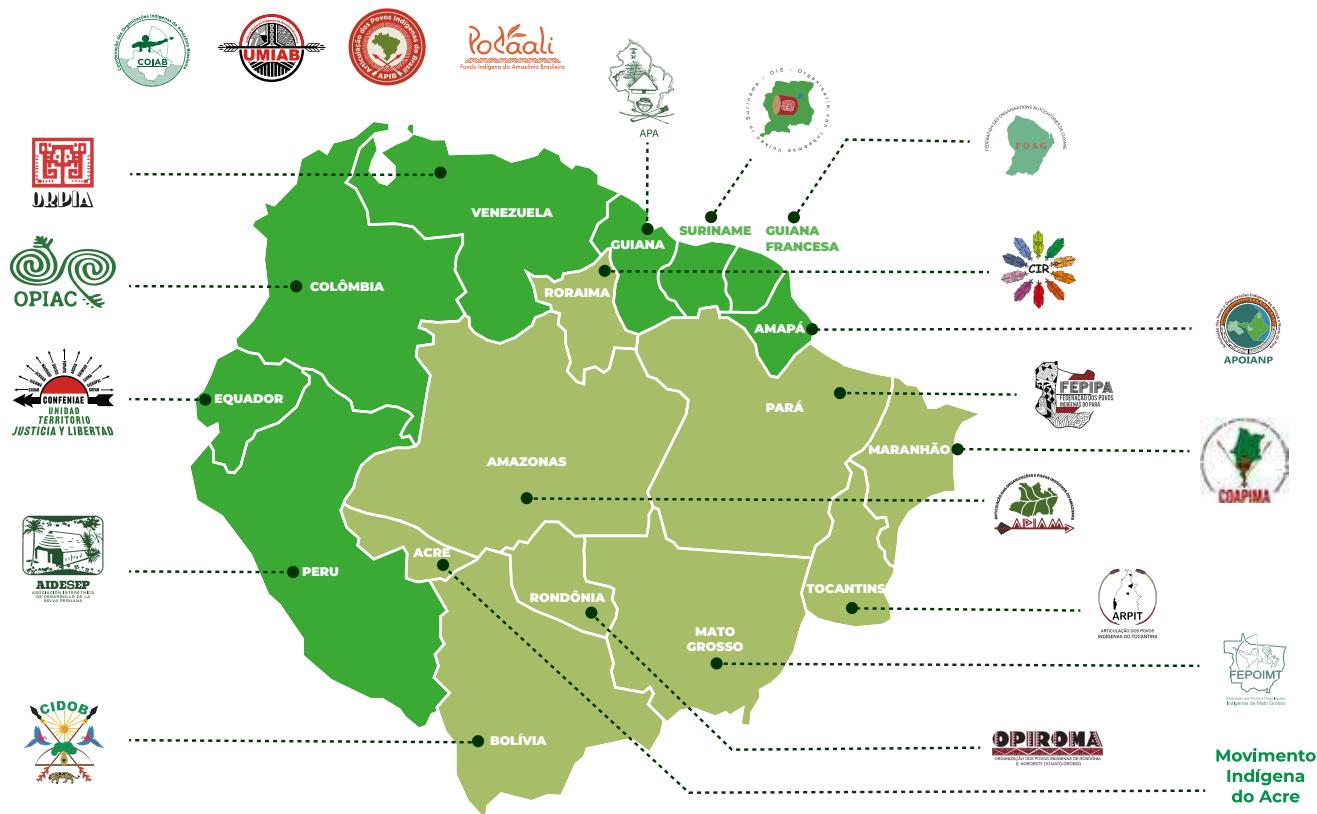


Ilustração: Vicente Taveira

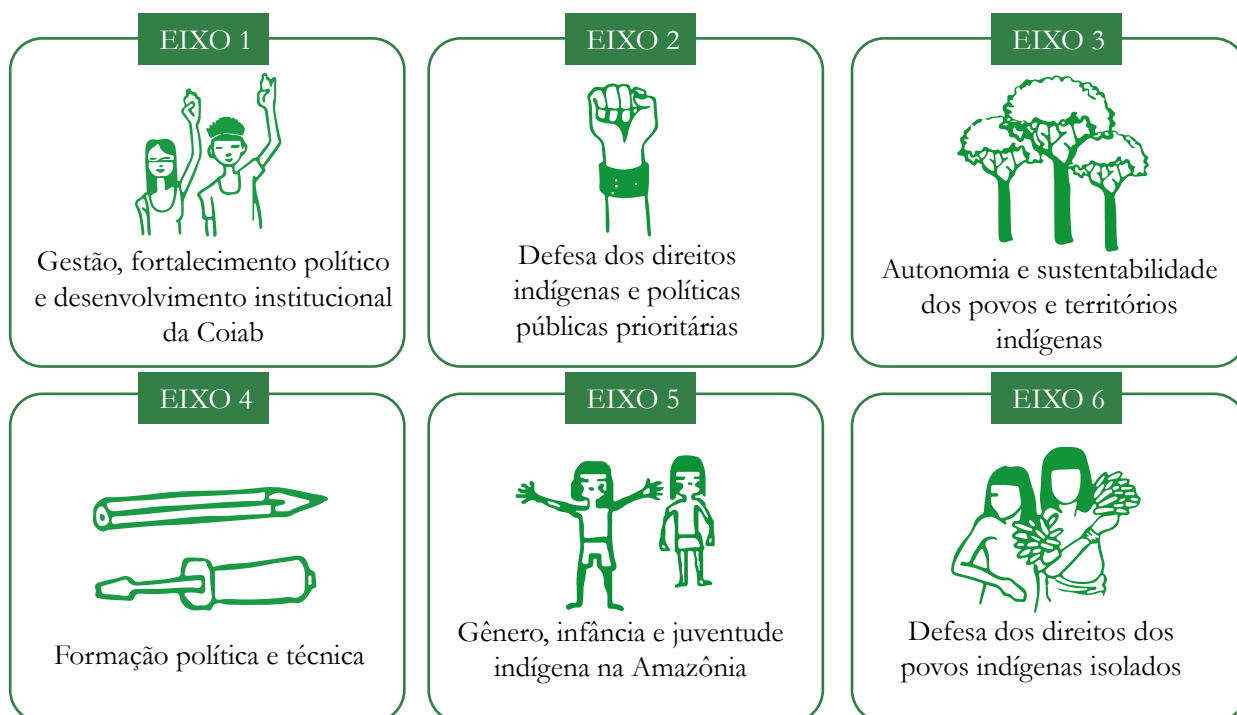
# A COIAB

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) é a maior organização indígena regional do Brasil, que surgiu como resultado do processo de luta política dos povos indígenas pelo reconhecimento e exercício de seus direitos. A missão da Coiab é defender os direitos dos povos indígenas à terra, saúde, educação, cultura e sustentabilidade, considerando as diversidades de povos e visando sua autonomia por meio de articulação política e fortalecimento das organizações indígenas.

Nossa organização atua nos nove estados da Amazônia Brasileira - Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins - e está subdividida em 64 regiões de base.



## COMO ATUAMOS



# NOSSOS PROJETOS

\*2024 até 11/03/2025

38

PARCEIROS

37

PROJETOS EM  
EXECUÇÃO

02

EM APROVAÇÃO

05

EM CONSTRUÇÃO



APIB · COICA · PODAALI · UMIAB  
APIAM · APOIANP · ARPIT  
CIR · COAPIMA · FEPIPA  
FEPOIMT · M. ACRE · OPIROMA

**A RESPOSTA  
SOMOS NÓS**





Queimada na TI Urubu Branco, em Mato Grosso. Foto: Ronaldo Tapirapé

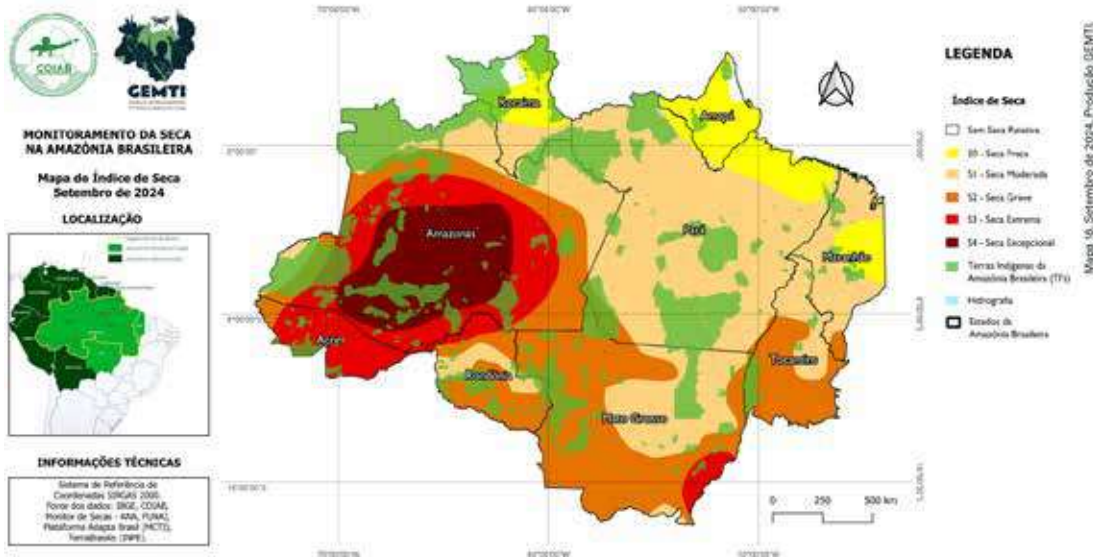
## **COIAB ALERTA PARA CRISE CLIMÁTICA E EXPLORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS NA BACIA AMAZÔNICA**

**ORGANIZAÇÃO MONITORA CENÁRIOS DE SECA E QUEIMADAS, ASSIM COMO O AVANÇO DA MINERAÇÃO E DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NAS TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA**

*Por Valdeniza Vasques*

Entre as ameaças que rondam os povos e territórios indígenas na Bacia Amazônica, duas se destacam pela sua gravidade e nível de impacto socioambiental: a emergência climática e a exploração de combustíveis fósseis e minérios. De acordo com relatórios produzidos pela Gerência de Monitoramento Territorial Indígena da Coiab, a Amazônia indígena brasileira viveu um ciclo histórico de secas e queimadas entre 2023 e 2025, evidenciando um colapso climático devastador para as comunidades indígenas; além disso, mais de 320 mil km<sup>2</sup> de Terras Indígenas da Bacia Amazônica já estão afetados por blocos de exploração de petróleo e gás.

A crise climática e a exploração de combustíveis fósseis estão diretamente relacionadas porque a queima de petróleo e gás é uma das principais fontes de emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global. Esse aquecimento intensifica eventos extremos, como secas prolongadas e aumento de queimadas, como os observados recentemente na Amazônia. Ao mesmo tempo, o avanço da exploração de combustíveis fósseis em Terras Indígenas contribui para o desmatamento e a degradação ambiental, reduzindo a capacidade da floresta de regular o clima e armazenar carbono. Esse ciclo agrava a crise climática e seus impactos sobre populações e ecossistemas.



Leia aqui o boletim completo

## COLAPSO CLIMÁTICO

Entre 2023 e 2025, a Amazônia atravessou um dos períodos mais severos de seca e incêndios já registrados em sua história recente. Fatores como o El Niño, o aquecimento do Atlântico Norte, o desmatamento e a degradação florestal impulsionaram o ciclo de extremos climáticos.

Segundo o boletim produzido pela Coiab, os primeiros sinais de colapso hidrológico já eram visíveis em diferentes regiões da Amazônia em 2023. Em 2024, houve um agravamento do quadro, com rios secando a níveis históricos, isolamento de comunidades e a interrupção de atividades em escolas e postos de saúde em TIs, além de impactos severos no transporte, acesso à água potável e combustível.

Em 2024, o estado do Amazonas registrou seca excepcional, conhecida como S4, o nível mais grave na escala do Monitor de Secas da Agência Nacional de Águas (ANA). A seca extrema (S3) se espalhou por Acre, Rondônia e Mato Grosso, consolidando uma crise regional de seca e queimada histórica.

A área sob influência direta da seca extrema saltou de 873 mil hectares em junho para mais de 21 milhões em setembro de 2024, um aumento de 2.300% em apenas três meses. No mesmo período, mais de 160 Terras Indígenas foram diretamente afetadas em toda a Amazônia Legal.

A situação continuou preocupante em 2025, com os estados do Maranhão e Tocantins sob seca grave (S2), indicando a persistência e a expansão dos efeitos da estiagem prolongada.

O primeiro semestre do ano passado teve secas severas no leste da Amazônia e cheias históricas no estado do Amazonas, onde mais de meio milhão de pessoas foram afetadas e 40 municípios entraram em situação de emergência.

Dados do Banco de Queimadas do INPE e do MapBiomias Fogo mostram que a Amazônia viveu, em 2024, o maior registro de área queimada dos últimos 40 anos. O bioma concentrou 52% de toda a área queimada no Brasil e registrou um aumento de 117% em relação aos anos anteriores, totalizando 15,6 milhões de hectares queimados.

“O que vivenciamos não foi uma estiagem isolada, mas um colapso ambiental em curso. A crise climática se manifesta no cotidiano das comunidades quando o rio seca, o peixe desaparece, o barco não chega e a floresta, antes úmida, passa a queimar”, declara o coordenador-geral da Coiab, Toya Manchineri.

Segundo a gerente de monitoramento, Rosibel Baré, a coleta, análise e divulgação dos dados dos impactos da crise climática nas TIs ajuda na reivindicação por medidas de enfrentamento. “Os relatórios fortalecem a incidência das organizações indígenas junto aos órgãos governamentais, contribuindo para a reivindicação de direitos e para a construção de políticas públicas voltadas à proteção territorial e à adaptação climática nos territórios indígenas da Amazônia. As análises também subsidiam medidas de apoio emergencial às comunidades afetadas e fortalecem a atuação das organizações indígenas na defesa de seus territórios”, afirma. ➡



Seca atinge rio Marmelo, na TI Sepoti, Amazonas, em 2024. Foto: Edvaldo Tenharin.

## A AMEAÇA DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Já em relação à exploração de combustíveis fósseis, a Coiab identificou 567 blocos petrolíferos ativos na Bacia Amazônica, sendo 189 no Brasil, além de 114 mil processos minerários que incidem sobre mais de 2,5 mil Terras Indígenas em oito países amazônicos. O Brasil lidera esse cenário com mais de 65.700 pedidos de mineração, quase 60% do total da região.

O levantamento indica que 13% dos territórios indígenas da Bacia Amazônica estão afetados por petróleo e gás. Os países amazônicos concentram mais de 2,4 milhões de km<sup>2</sup> de Terras Indígenas reconhecidas. A exploração de petróleo, ouro, cassiterita e bauxita avança mesmo diante de evidências de impactos irreversíveis sobre rios, florestas e modos de vida.



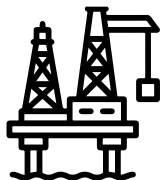
O ouro é o mineral mais incidente nas TIs

# AMAZÔNIA INDÍGENA NA MIRA



## 113.975

processos minerários ativos na Bacia Amazônica



## 577

blocos de petróleo e gás incidentes sobre a bacia



## 65.723

processos minerários ativos no Brasil



## 2.527

TIs com algum processo de mineração



## 32 MILHÕES

de hectares de TIs afetados por blocos ou concessões

“O avanço dessas atividades na Bacia Amazônica representa um cenário de atenção e preocupação, especialmente em relação aos potenciais impactos sobre as terras indígenas e outros territórios tradicionais. A expansão desses empreendimentos gera pressões territoriais, riscos socioambientais e conflitos que afetam diretamente os modos de vida, a segurança alimentar e a integridade dos territórios indígenas”, avalia Rosibel Baré.

“Nesse contexto, o levantamento realizado contribui para evidenciar a dimensão dessas pressões e ampliar a visibilidade sobre os possíveis impactos associados a esses projetos. A sistematização dessas informações é importante para subsidiar processos de tomada de decisão e fortalecer a incidência das organizações indígenas na defesa de seus direitos e territórios”, completa. ⓘ

Leia aqui o levantamento completo:





Indígenas da Amazônia Legal em manifesto contra o Marco Temporal em Brasília. Foto: Ronaldo Tapirapé

## CONGRESSO INIMIGO DO POVO: MARCO TEMPORAL SE MANTÉM COMO PAUTA DE ALTO RISCO AOS POVOS INDÍGENAS

*ENTRE ELEIÇÕES GERAIS E PRESSÕES JURÍDICAS, A PEC 48/2023 CONTINUA NO RADAR DO CONGRESSO*

*Por Carolina Givoni*

O avanço da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2023, o Marco Temporal, que rasga os direitos dos povos indígenas estabelecidos na Constituição Federal, segue como a principal ameaça em curso no país. Ainda que, na avaliação de especialistas políticos, a votação possa ser adiada em razão do calendário eleitoral, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) reforça que a simples tramitação da proposta é uma afronta aos direitos territoriais e intensifica conflitos fundiários em diversas regiões do Brasil, especialmente na Amazônia.

Em entrevista ao Jornal Coiab, lideranças expõem as preocupações e

destacam a importância da incidência contra o Marco Temporal em todos os espaços da sociedade como ferramenta para a derrubada da medida.

O coordenador-geral da Coiab, Toya Manchineri, destaca que a PEC do Marco Temporal é um dos assuntos mais complicados em análise, mesmo com o Supremo Tribunal Federal (STF) já tendo decidido pela inconstitucionalidade do tema.

“O que vamos fazer daqui para frente são grandes mobilizações. Isso também faz parte do nosso planejamento estratégico da Coiab. Uma das ações previstas é continuar

com as mobilizações — sejam estaduais, regionais ou nacionais — em defesa dos direitos e dos territórios. Além disso, também pretendemos entrar com ações no Supremo Tribunal Federal”, comentou.

Segundo Toya, essa é a estratégia de defesa para os territórios. Ele também destaca que mobilizar a sociedade é essencial para vencer essa batalha.

“Temos a expectativa de realizar uma campanha que destaque a importância dos territórios indígenas, não apenas para a preservação dessas áreas e a manutenção da floresta para os povos indígenas, mas também para toda a sociedade brasileira”, completa. ☺



GG

Mais pessoas devem conhecer os direitos dos povos indígenas e reconhecer que esses povos, em seus territórios, atuam para o bem da humanidade”, afirma **Toya Manchineri**, coordenador-geral da Coiab.



Coordenador-geral da Coiab, Toya Manchineri, durante ato na COP-30 em Belém do Pará. Foto: Kaiti Gavião

## ANÁLISE TÉCNICA

A Assessoria Jurídica Indígena da Coiab elaborou uma Nota Técnica para analisar a PEC 48/2023 e apontar os riscos concretos que ela representa para os direitos originários dos povos indígenas, para a integridade territorial de suas terras e para a preservação ambiental. O documento também busca contribuir para o debate público qualificado e orientar a atuação institucional em defesa da Constituição Federal de 1988.

No documento, que contém 13 páginas, um dos pontos destacados é o direito territorial dos povos indígenas, consagrado no artigo 231 da Constituição. “Esses direitos possuem natureza fundamental e integram o núcleo material intangível da Constituição, estando protegidos pelo regime das cláusulas pétreas”.

*“Esses direitos possuem natureza fundamental e integram o núcleo material intangível da Constituição, estando protegidos pelo regime das cláusulas pétreas”*

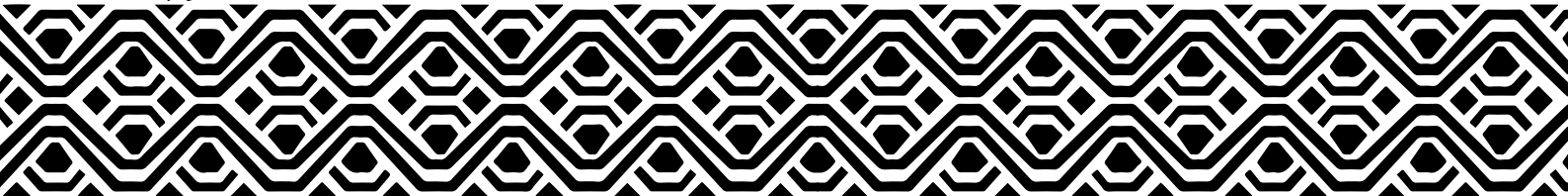
A referência faz alusão ao entendimento jurídico apresentado pelo ministro Edson Fachin, segundo o qual a própria Constituição proíbe mudanças que reduzam ou eliminem esse tipo de direito. Por isso, qualquer proposta de emenda constitucional que tente limitar ou dificultar esses direitos poderia ser considerada inconstitucional.

O texto também aponta incompatibilidade com compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro, em especial a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao fragilizar a proteção aos povos indígenas e ignorar o dever de respeito à autodeterminação, à identidade cultural e à proteção territorial diferenciada.

“A aprovação da PEC 48/2023 representaria a legitimação de práticas históricas de exclusão, violência institucional e usurpação de terras tradicionalmente ocupadas”, destaca a nota técnica.



Gratismo: Sateré-Mawé



## O QUE É O MARCO TEMPORAL

A Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023, institui o marco temporal para a demarcação de terras indígenas e estabelece que povos originários só podem reivindicar territórios ocupados em 5 de outubro de 1988.

A norma regulamenta o artigo 231 da Constituição e gerou intensos debates jurídicos, além de críticas pela inconstitucionalidade e pelos riscos aos direitos indígenas. Entre as medidas previstas estão dispositivos que não constam na Constituição, como o

próprio marco temporal, a proibição de novos estudos em terras indígenas já demarcadas e a criação de novas etapas para o processo de demarcação.

Defensores da causa indígena, lideranças e movimentos indigenistas apontam que essas exigências tornam o processo de reconhecimento de terras indígenas praticamente inviável.

Além disso, o artigo 15 da Lei 14.701 determina que demarcações feitas sem seguir essas novas regras podem ser consideradas nulas. A medida pode afetar diretamente a política de demarcação no país, gerar insegurança

jurídica e prolongar processos que já costumam levar anos.

A legislação também não apresenta argumentos novos que justifiquem a mudança de entendimento já adotado pelo Supremo Tribunal Federal nem alterações no procedimento de demarcação previsto no Decreto nº 1.775, de 1996. Parte das justificativas usadas no debate legislativo retoma argumentos apresentados no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, que já foram superados pelo STF em decisão tomada em setembro de 2023 sobre o tema do marco temporal. ☹️



Manifestação contra o Marco Temporal em Brasília. Foto: Ronaldo Tapirapé

## TERRAS COM PENDÊNCIAS

A demora na regularização das terras indígenas e o avanço de propostas como o marco temporal têm reflexos diretos nos territórios. Lideranças indígenas e organizações indigenistas alertam que a insegurança jurídica tem ampliado conflitos fundiários e episódios de violência contra comunidades em diferentes regiões do país.

Relatórios de 2024 e 2025 do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) apontam que invasões de territórios, ameaças a lideranças, ataques armados e destruição de comunidades seguem entre as principais violações enfrentadas por povos indígenas, especialmente em áreas onde processos de demarcação permanecem paralisados ou contestados.

Para organizações indígenas, o debate em torno do marco temporal aprofunda esse cenário ao estimular disputas sobre

territórios tradicionalmente ocupados, abrindo espaço para novas investidas de garimpeiros, grileiros e madeireiros.

Em ano eleitoral, a Coiab avalia que o tema pode voltar ao centro do debate político nacional. A tramitação da PEC 48/2023 no Congresso e as discussões no Supremo Tribunal Federal devem continuar mobilizando lideranças e entidades da sociedade civil.

## CONSEQUÊNCIAS

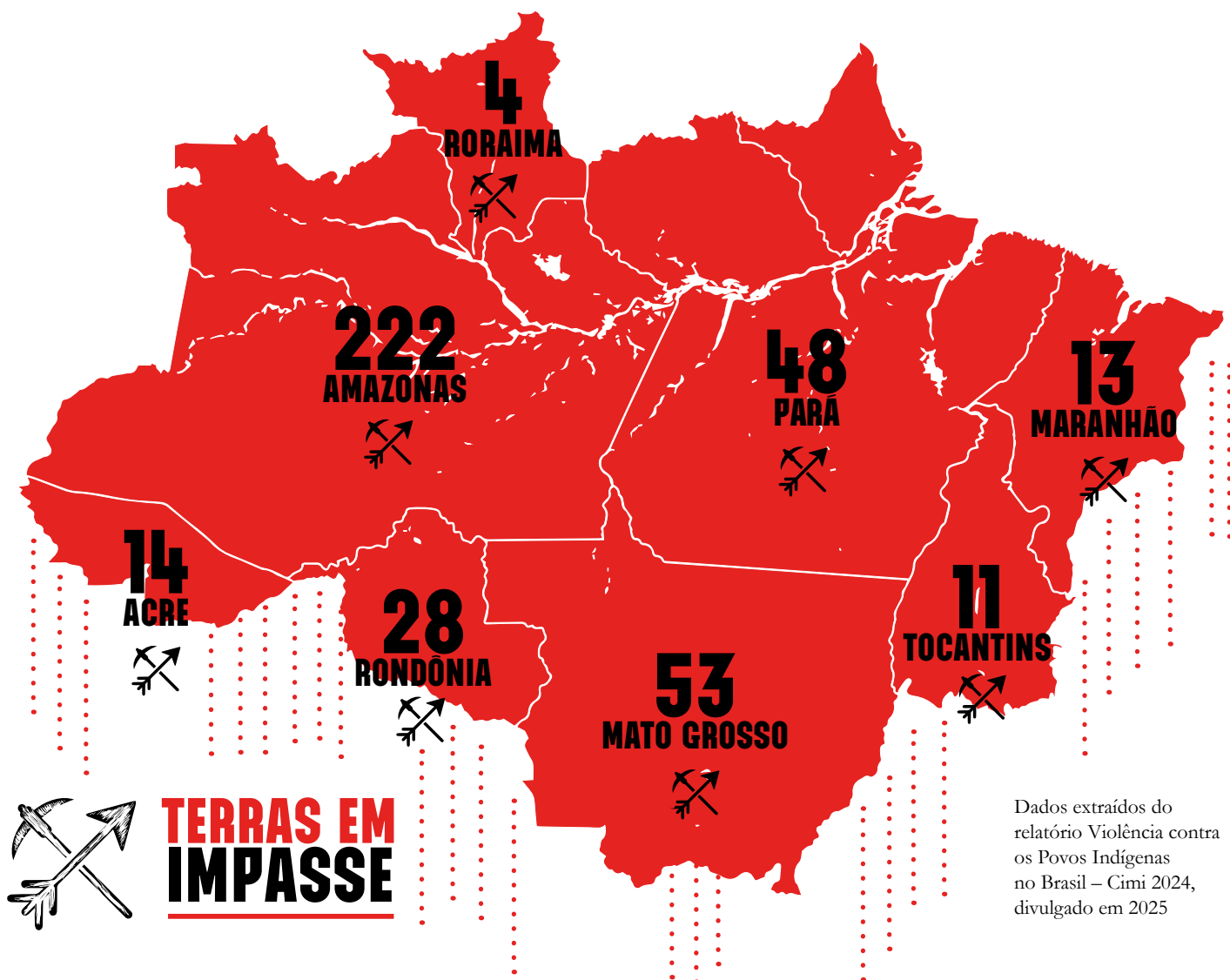
Lideranças ameaçadas pelas consequências do impasse do Marco Temporal, como garimpo ilegal, agronegócio e até mesmo narcotráfico, revelam as dificuldades que lidam enquanto preservam o território e a própria vida.

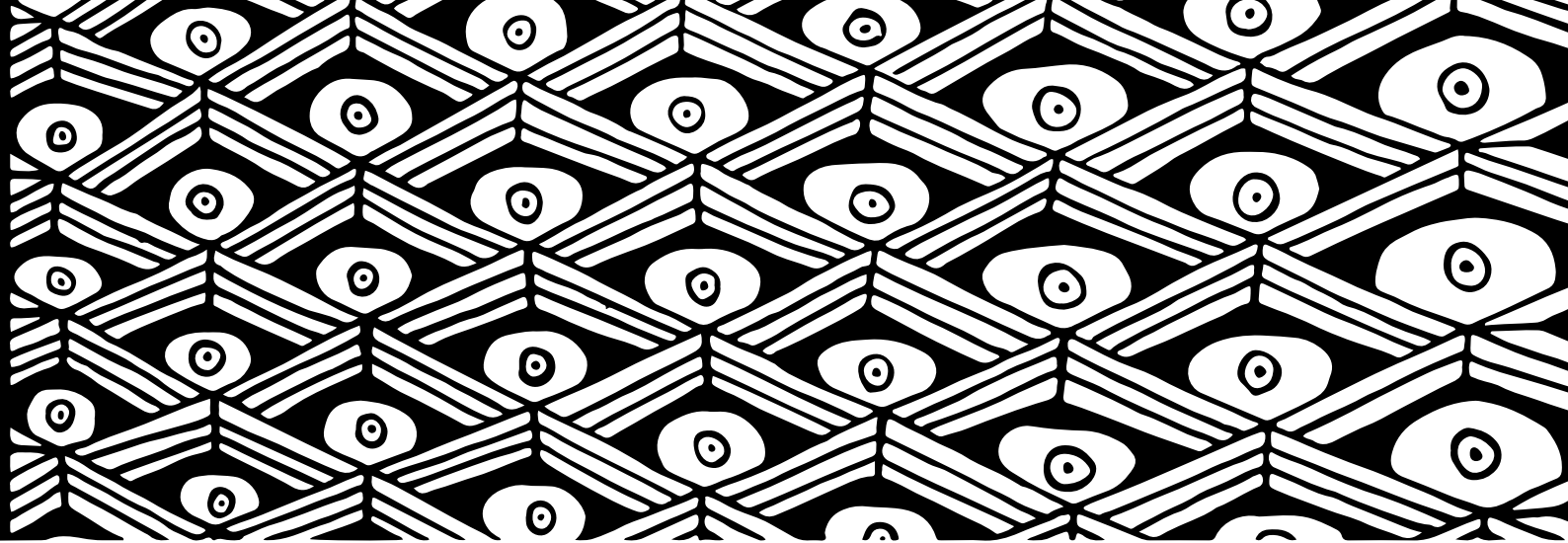
No estado de Rondônia, duas situações exemplificam essa realidade amazônica: Um deles, é o Povo Puruborá

– etnia considerada até extinta após um processo de expulsão e dispersão - resiste a uma onda de ataques, incluindo o incêndio de uma maloca sagrada e escola na Aldeia Aperoí em outubro de 2025, além de disparos de arma de fogo e intimidações.

Também em Rondônia, a Terra Indígena (TI) Uru-Eu-Wau-Wau, sofreu a suspensão integral da desintrusão, incluindo a região de assentamentos do PAD Jaruaru e da Gleba Novo Destino, o que representa uma grave ameaça à segurança dos povos que ali residem.

Na TI Apyterewa, município de São Félix do Xingu, no Pará, parentes também sofreram atentado a tiros, que resultou em dois indígenas do povo Parakanã feridos. Os Parakanãs há anos sofrem com invasões, conflitos fundiários, desmatamento ilegal e ameaças constantes contra indígenas e apoiadores das ações de proteção territorial.





Grafismo: Xingu



Homologação da TI Kaxuyana Tunayana no último dia da COP30, em Belém. Foto: Pedro Tukano

“O marco temporal dá segurança aos latifundiários, pois eles acreditam muito nessa tese. Isso contribui também para a descaracterização do território, com as derrubadas e os plantios, que às vezes impossibilitam o trabalho antropológico, pelo território estar desmatado. Hoje, quando não é agropecuária, é a monocultura. Então, eu acho que isso dificulta muito esse

trabalho, dificulta muito a luta e o viver das comunidades”, diz uma liderança, que por motivos de segurança, preferiu não se identificar.

“Hoje, a grande ameaça é essa luta contra a tese do marco temporal, porque eles querem aprová-la, e a gente não aceita. Não aceita porque é um direito nosso não aceitar. Além disso, ainda temos a Constituição,

que nos garante direitos. Mas isso vem ameaçando muito, tirando o sossego das lideranças que lutam pela demarcação, e de quem já tem seu território demarcado, que corre o risco de perdê-lo. Então, acredito que, nos últimos anos, essa é uma das lutas mais intensas que nós, povos indígenas, estamos enfrentando neste século”, finalizou. ☹️

# QUEM VOTA CONTRA OS

A Coiab organizou os senadores votantes da PEC 48/2023, decidida em 2º turno no dia 09/12/2025, por estado, com base no relatório do Senado para a votação nominal Casa Legislativa.

AMAPÁ	CEARÁ	DISTRITO FEDERAL	ALAGOAS	MINAS GERAIS	MATO GROSSO DO SUL
 Davi Alcolumbre	 Cid Gomes	 Damares Alves	 Dra. Eudócia	 Cleitinho	 Nelsinho Trad
 Lucas Barreto	 Eduardo Girão	 Izalci Lucas	 Fernando Farias	 Rodrigo Pacheco	 Tereza Cristina
ACRE	GOIÁS	PARANÁ	RORAIMA	SANTA CATARINA	TOCANTINS
 Alan Rick	 Jorge Kajuru	 Flávio Arns	 Chico Rodrigues	 Esperidião Amin	 Eduardo Gomes
 Marcio Bittar	 Vanderlan Cardoso	 Oriovisto Guimarães	 Dr. Hiran	 Ivete da Silveira	 Irajá
 Sérgio Petecão	 Wilder Moraes	 Sérgio Moro	 Mecias de Jesus	 Jorge Seif	 Professora Dorinha Seabra

# DIREITOS INDÍGENAS?

<b>PIAUI</b>  Ciro Nogueira	<b>RIO DE JANEIRO</b>  Carlos Portinho	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>  Rogério Marinho	<b>RONDÔNIA</b>  Jaime Bagattoli	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>  Hamilton Mourão	<b>SERGIPE</b>  Alessandro Vieira
 Marcelo Castro	 Flávio Bolsonaro	 Styvenson Valentim	 Marcos Rogério	 Luis Carlos Heinze	 Laércio Oliveira
<b>AMAZONAS</b>  Plínio Valério	<b>BAHIA</b>  Angelo Coronel	<b>ESPIRITO SANTO</b>  Marcos do Val	<b>MARANHÃO</b>  Weverton	<b>MATO GROSSO</b>  Wellington Fagundes  José Lacerda	
<b>PARÁ</b>  Zequinha Marinho	<b>PARAÍBA</b>  Efraim Filho	<b>PERNAMBUCO</b>  Fernando Dueire	<b>SÃO PAULO</b>  Astronauta Marcos Pontes		





## COIAB FORTALECE FORMAÇÃO POLÍTICA E INCENTIVA CANDIDATURAS INDÍGENAS NAS ELEIÇÕES DE 2026

*AS AÇÕES SÃO CUMPRIMENTO DE UM DOS EIXOS DE ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO QUE REPRESENTA OS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA*

*Por Lia dos Santos*

**1.635.530.** Esse foi o número de votos recebidos por candidaturas indígenas nas eleições municipais de 2024, quando o país definiu seus novos representantes locais. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revelam um crescimento expressivo na participação dos povos indígenas e refletem o fortalecimento da busca pelo protagonismo político nas diversas esferas da administração pública.

Em todo o país, 256 candidatos indígenas ascenderam a cargos de vereadores, vice-prefeitos e prefeitos, reafirmando que as vozes indígenas precisam ser ouvidas e não apenas interpretadas por aliados, seja no parlamento ou na execução de políticas públicas para a população em geral. Aldear câmaras municipais, assembleias legislativas,

Câmara dos Deputados e Senado Federal é necessário para denunciar ameaças e garantir os direitos civis e políticos dos povos indígenas, em um ambiente que já se mostrou hostil e desinteressado a essas pautas.

A Coiab trabalha para responder a essa demanda consolidando projetos de formação política nos territórios indígenas dos 9 estados da Amazônia Legal, onde estão suas organizações representantes. Segundo o coordenador-geral da Coiab, Toya Manchinieri, o cenário político desenhado no país nos últimos anos exigiu um olhar cauteloso sobre as articulações na eleição de representantes que lutam pela causa indígena nos parlamentos regionais e, principalmente, no Congresso Nacional. Conquistar esses lugares e torná-los mais plurais é o principal foco da organização.



Foto: Kaiti Gavião

"Precisamos eleger parlamentares que olhem para as minorias, para as questões ambientais e que respeitem a vida. Na luta pela defesa e reconquista dos nossos territórios, pela saúde e educação de qualidade e pelo fortalecimento econômico dos nossos povos, devemos olhar para as câmaras de vereadores, prefeituras e assembleias legislativas, e não apenas para o governo federal. Como movimento, buscamos o reconhecimento dos territórios como política de clima, então é necessária atenção ao local onde se fazem as leis: o Congresso. Por isso, é fundamental a mobilização de concorrentes indígenas qualificados para esses cargos", afirma.

Toya destaca que, para encorajar e habilitar lideranças na caminhada até essas posições, a Coiab realiza oficinas e formações, cumprindo assim seu quarto eixo de atuação, que tem como finalidade

a formação política e técnica dos povos indígenas. O Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi) tem sido fundamental para levar informações, apresentar a estrutura do Estado e seu funcionamento, reforçar a importância da presença eleitoral, evidenciar o peso do voto indígena e orientar sobre como tornar-se uma voz política dentro dos territórios, conscientizando as comunidades quanto à importância de escolher bem seus representantes.

"O Cafi é fundamental para alinhar o próprio olhar dos territórios à valorização das candidaturas indígenas e para que nossos povos compreendam como funciona o Estado e como essa representatividade é essencial para frear pautas nocivas ao bem-viver, como o Marco Temporal e a mineração em terras indígenas", destaca o coordenador-geral da Coiab. 🔄

## NA AMAZÔNIA LEGAL FORAM ELEITOS CANDIDATOS INDÍGENAS NOS SEGUINTE CARGOS:

 **3**  
Prefeitos

 **9**  
Vice-prefeitos

 **94**  
Vereadores

Fonte: TSE

Alinhada a este pensamento estratégico, a assessoria jurídica indígena da Coiab acompanha e contesta pautas prejudiciais aos povos indígenas, que surgem de modo incessante no meio legislativo. A assessoria trabalha para promover o aperfeiçoamento das bases, a partir da visão jurídica na política partidária. A Rede de Advogados e Advogadas da Amazônia Indígena planeja capacitar comunidades inteiras, para que aqueles que desejam ser representantes em cargos políticos cheguem aos espaços de poder com os conhecimentos necessários para a criação de propostas que resguardem os direitos e beneficiem os povos indígenas de maneira aprimorada. Além disso, a capacitação orientará sobre como evitar impugnações e realizar ações pontuais que atendam às demandas dos territórios.

O compromisso foi firmado e registrado na ata final do Encontro da Rede de Advogados e Advogadas da Amazônia Brasileira, realizado em agosto de 2025, em Brasília (DF). Entre os encaminhamentos do encontro está a prioridade de oferecer formação constitucional, legislativa e política, com vistas a ocupar cadeiras no Congresso Nacional, assim como nas assembleias legislativas.

“Temos observado muitos retrocessos legislativos no Congresso. O cenário atual é que as bancadas anti-indígenas são maioria, e precisamos atuar para aumentar nossa representatividade. Representando a Coiab nos territórios, escutamos as comunidades sobre suas vulnerabilidades e questões demarcatórias, e percebemos que muitas pessoas de fora do movimento têm utilizado a máquina estatal para cooptar votos nesses locais. Ter uma assessoria jurídica indígena especializada em direito eleitoral, que leve de forma ‘de parente para parente’ o conhecimento político e o entendimento de que precisamos de pessoas lá, será um início”, pontua a gerente da Assessoria Jurídica Indígena da Coiab, Auzerina Macuxi.

A ideia é ampliar, cada vez mais, a atuação técnica, política e social da Coiab nas Terras Indígenas, trabalhando a médio e longo prazo para conquistar um maior número de representantes nas diversas casas legislativas.

“O fortalecimento da presença da Coiab nos territórios, assim como do movimento indígena por meio de candidatos indígenas eleitos atuando como vigilantes no Congresso Nacional, nos traz maior segurança e possibilita que nossas pautas avancem em prol dos direitos indígenas, em consonância com a Constituição Federal”, declara a advogada indígena.



Encontro da Rede de Advogados e Advogadas da Amazônia Brasileira.  
Foto: Pedro Tukano

“

*Nós não somos tutelados, somos responsáveis, nós somos gente, nós somos ser humano (...)  
Cada um de nós tem consciência e cada um de nós tem capacidade. Ninguém tem menos capacidade. Todos nós tem capacidade e todos nós tem inteligência e todos nós tem a vontade para assumir onde que existe poder”*, **Mário Juruna**, cacique e primeiro deputado federal indígena do país.



Mário Juruna

Este trecho faz parte do discurso de Mário Juruna, cacique Xavante da aldeia Namunkurá (MT), que entrou para a história do país ao se tornar o primeiro indígena eleito deputado federal, ocorrido na Câmara no Dia dos Povos Indígenas, em 19 de abril de 1983. Mário Juruna foi um líder combativo que se levantou em defesa dos povos indígenas e do direito à terra, denunciando práticas de corrupção e atuando em favor dos direitos dos trabalhadores brasileiros durante a ditadura militar.

Suas palavras ecoavam no plenário e traduziam o clamor de milhares de povos que, ao longo dos anos, foram subjugados e impedidos de ocupar espaços naquele ambiente. Ali, ele representava a conquista de um ‘território’ há muito desejado e mostrava que, ao superar as barreiras e assumir um cargo político, os indígenas, com seus conhecimentos e vivências, poderiam contribuir de forma relevante para o bem-estar social, por meio de propostas que atendessem aos anseios da população.

Os discursos incisivos encontraram seus destinatários, e a caminhada de Juruna foi marcada por embates gigantescos com chefes de Estado da época, mas trouxe resultados que repercutem até hoje na vida de milhares de brasileiros, como a atual Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, criada por iniciativa do deputado e inicialmente intitulada ‘Comissão Permanente do Índio’.

As dificuldades enfrentadas pelos povos originários em todo o país e a luta pela demarcação de terras ganharam maior repercussão por meio da atuação do líder Xavante, mas, infelizmente, sua carreira como deputado durou apenas um mandato. Após isso, houve um hiato de 31 anos até que um indígena voltasse a ocupar uma cadeira no Congresso, desta vez representado por uma mulher, Joenia Wapichana.

Eleita por Roraima em 2019, a advogada, que iniciou suas atividades de ativismo no Conselho Indígena de Roraima (CIR), deixou seu nome na memória política do Brasil ao se tornar a primeira mulher indígena deputada federal. Enfrentou inúmeros desafios relacionados a raça e gênero, mas optou por um projeto coletivo em um mandato participativo, no qual os povos eram recebidos, ouvidos e suas demandas apresentadas ao país por meio do parlamento.

O movimento indígena do estado de Roraima foi crucial para a eleição de Joenia. O assessor político da Coiab, Edinho Macuxi, conta como o cenário de retrocessos vindos do Congresso gerou um alerta e mobilizou os povos na articulação para ter uma representante que lutasse para barrar as ameaças apresentadas como leis.

“A decisão dos povos indígenas de apoiar e formar base para eleger uma candidata indígena deu-se pela avaliação de que as principais ameaças aos povos indígenas partiam do Congresso. Diante disso as organizações, as regiões e as lideranças tradicionais, com o pensamento de ter uma representante nossa naquele espaço para lutar por nossos direitos, indicaram o nome da Dra. Joenia Wapichana”, disse.

Foi dessa forma que pautas urgentes foram expostas e respostas emergenciais apresentadas, como no caso da assistência às comunidades durante a pandemia de Covid-19. Diante da conjuntura de um governo que ignorava as necessidades dos povos indígenas, ter uma representação no Congresso tornou-se um fator crucial para que vidas fossem preservadas.

“Escolhi realizar um mandato de proposição, opinião e manifestação, usando todos os espaços de fala, pois não podia calar diante de tudo. Durante a pandemia, precisei ser estratégica, aplicando minha habilidade tanto como articuladora quanto como política, estabelecendo diálogo com os povos e com outros partidos, já que havia muitas mortes indígenas e nenhuma medida para dar suporte a essas comunidades. Assim, conseguimos mobilizar diversos órgãos, como a Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas], a Sesai [Secretaria Especial de Saúde Indígena] e o próprio Ministério da Saúde, para atender essa demanda”, relata Joenia. ☺

Como presidenta da Funai, Joenia marcou a reconstrução do órgão por meio de uma gestão compartilhada realizada junto a uma equipe técnica qualificada, formada em sua maioria por indígenas. Ela pontua como principais estratégias para ocupar espaços políticos: consolidar as bases com políticas de incentivo à educação; estabelecer como prioridade a demarcação de terras indígenas; encorajar a participação da juventude e das mulheres; e investir nas organizações para acolher os profissionais indígenas que serão uma voz permanente atuando pela causa.

“Precisamos fortalecer as organizações indígenas para que possam dar suporte às suas comunidades, garantindo que as políticas cheguem às aldeias, e não apenas aos centros urbanos. Os povos indígenas precisam ter condições de analisar e desenvolver uma visão crítica das políticas locais, e, para isso, é fundamental ter formação política. Acredito que, para alcançarmos mais espaços estrategicamente, devemos contar com representações políticas em todos os setores”, declara.

### AMEAÇAS COMO PROPOSTAS

Apesar das eleições históricas, a representatividade dos povos originários no Congresso continua muito baixa. Os fatores que explicam esse contexto são diversos, como: a escassez de recursos; os preconceitos históricos; o baixo incentivo e engajamento nas campanhas por parte dos partidos tradicionais — que, muitas vezes, chamam candidatos indígenas apenas para cumprir cotas — ou ainda a escolha de grupos que, embora comprometidos com a luta indígena, possuem baixo quociente partidário.

Atualmente, há apenas duas deputadas federais indígenas, Célia Xakriabá pelo estado de Minas Gerais e Juliana Cardoso pelo estado de São Paulo, como representantes diretas do movimento, atuando para resguardar o direito de 0,83% da população nacional — dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) —, população que é diversa e apresenta problemáticas complexas e distintas em

cada região. Dessa forma, propostas desfavoráveis têm sido apresentadas e aprovadas sistematicamente por aqueles que manifestam abertamente sua aversão às pautas indígenas. Um dos exemplos mais significativos é a Lei nº 14.701/2023, conhecida como “Lei do Marco Temporal”, que estabelece que só têm direito à demarcação os povos que estivessem em suas terras em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Mesmo com protestos, articulação junto a deputados aliados e à sociedade civil, e com o Supremo Tribunal Federal (STF) julgando a tese inconstitucional em 2023, o projeto acabou sendo promulgado como lei, com o Poder Legislativo brasileiro permitindo um retrocesso e o desrespeito aos direitos constitucionais dos povos indígenas.

Atualmente, a assessoria jurídica da Coiab acompanha pelo menos 41 propostas legislativas que tramitam no congresso e ameaçam diretamente os direitos dos povos indígenas dentre as temáticas discutidas estão meio-ambiente, grilagem, mineração, garimpo, marco temporal entre outras pautas nocivas. Confira abaixo algumas:

<b>AMEAÇAS EM PAUTA!</b>		
<b>PROPOSTAS EM ANDAMENTO</b>	<b>O QUE DIZ?</b>	<b>COMO SOMOS AFETADOS?</b>
Proposta de Emenda à Constituição nº 48/2023 (PEC da Morte)	Altera o §1º do art. 231 da Constituição Federal para instituir o marco temporal, estabelecendo que apenas poderão ser demarcadas as terras ocupadas por povos indígenas em 5 de outubro de 1988.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restringe os direitos territoriais dos povos indígenas;</li> <li>• Abre brechas para contestar demarcações já concluídas;</li> <li>• Estimula conflitos fundiários</li> <li>• Pode resultar no deslocamento forçado de comunidades inteiras.</li> </ul>
Projeto de Lei nº 1331/2022 (Exploração mineral em terras indígenas)	Dispõe sobre a pesquisa e a exploração de recursos minerais em terras indígenas, inclusive em áreas já homologadas ou em processo de demarcação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmatamento em larga escala;</li> <li>• Contaminação de rios, solos e aquíferos;</li> <li>• Aumento de conflitos sociais;</li> <li>• Pressão sobre territórios e comunidades;</li> <li>• Violações de direitos humanos.</li> </ul>
Projeto de Lei nº 6050/2023 (Atividades econômicas em terras indígenas)	Dispõe sobre a regulamentação de atividades econômicas em terras indígenas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do risco de desmatamento e perda de biodiversidade;</li> <li>• Poluição de rios e recursos naturais;</li> <li>• Enfraquecimento da proteção dos territórios indígenas;</li> <li>• Risco de desrespeito ao direito à consulta prévia, livre e informada, previsto em tratados internacionais e na Constituição brasileira.</li> </ul>

## CAMPANHAS INCENTIVADAS

Neste cenário hostil à garantia dos povos indígenas a suas terras, culturas e modos de vida, empoderar as lideranças e engajar a participação política para alcançar os espaços de decisão é urgente. Uma das iniciativas que têm fortalecido o envolvimento dos povos indígenas na política brasileira é a “Campanha Indígena”, realizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e apoiada pela Coiab, criada para orientar candidatos e partidos durante suas campanhas e após serem eleitos.

Para Kleber Karipuna, coordenador executivo da Apib pela Coiab, a campanha resgata a trajetória indígena, traz a força coletiva e amplia as possibilidades de candidatos regionais para um panorama nacional. “O projeto Campanha Indígena – Aldear a Política, na perspectiva de ocupação dos espaços de tomada de decisão, principalmente no âmbito dos poderes Legislativo e Executivo, é uma iniciativa que vem galgando êxito. Nele, buscamos traçar o histórico da nossa participação nos processos eleitorais, sobretudo no cenário municipal, e procuramos potencializá-lo e dar-lhe visibilidade em um contexto estadual e nacional”, afirma.

Os números comprovam que este é um caminho a ser seguido. De acordo com levantamento feito pela APIB,

a partir de dados do TSE, o Brasil registrou um crescimento de 8% na quantidade de indígenas eleitos em 2024, em comparação com as eleições de 2020. A ascensão de representantes a mandatos eletivos tem motivado novas lideranças a desenvolverem seus projetos políticos e eleitorais, como é o caso de Avanilson Karajá, atual chefe do escritório da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS) e pré-candidato a deputado federal pelo estado do Tocantins. Com um olhar otimista, Avanilson afirma que este é um momento oportuno para os candidatos indígenas, sobretudo aqueles que já desempenham funções relevantes como lideranças em seus territórios e exercem influência nas diversas esferas governamentais.

“Esse é o nosso momento político. Os indígenas têm se destacado nacionalmente, ampliando a visibilidade em seus estados e transformando isso em potencial de candidatura. É importante fazermos uma análise da conjuntura político-partidária e tentarmos compreender como funcionam os processos de coeficiente, coligação e federação, para que possamos eleger o maior número possível dos nossos. O cenário está favorável e, quanto maior for a quantidade de indígenas eleitos comprometidos com nossas pautas, maior será a nossa ação dentro desses espaços de luta e de direito”, enfatiza.

## A RESPOSTA AOS NOSSOS ANSEIOS SOMOS NÓS

O movimento indígena já alcançou diversas posições de poder, e o maior símbolo dessas vitórias políticas foi a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), em 2023 — um órgão construído a partir das reivindicações indígenas, que ampliou as possibilidades de debate e decisão sobre as ações do Poder Executivo voltadas aos povos originários.

Sonia Guajajara, foi escolhida como a primeira ministra do MPI e possui uma trajetória política vitoriosa, mas reconhece as dificuldades enfrentadas no Legislativo diante das bancadas anti-indígenas, cujas pretensões se opõem aos direitos originários. Ela ressalta a importância de aldear esses espaços.

“Acreditamos que essa realidade pode mudar, e que a presença indígena ali pode fortalecer nossas pautas e fazer avançar projetos que interessam ao planeta — pela garantia da vida, pelo meio ambiente e pela biodiversidade, pelos direitos humanos e pela cultura. Tudo isso faz parte de uma agenda de futuro, e é isso que queremos fortalecer no Congresso Nacional”, declara. ☺



Ministra Sonia Guajajara e Coordenador-geral da Coiab, Toya Manchineri, durante Audiência Pública na Câmara dos Deputados, em Brasília. Foto: Nathalia Apurinã





Indígenas e movimentos sociais marcharam na COP30. Foto: Ronaldo Tapirapé

# O FUTURO DO CLIMA E DA BIODIVERSIDADE NAS MÃOS DOS POVOS INDÍGENAS

**AVANÇO DA INCIDÊNCIA INDÍGENA EM ESPAÇOS GLOBAIS DE DECISÃO MOSTRAM A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA INDÍGENA NOS MARCOS INTERNACIONAIS**

*Por Valdeniza Vasques*

A participação recorde de povos indígenas na COP30, em Belém, e os avanços conquistados na COP16 da Biodiversidade, realizada em 2024 na Colômbia, reforçam a importância da diplomacia e articulação indígenas da Amazônia nos espaços globais de decisão. Resultado de anos de mobilização política e articulação internacional protagonizadas por lideranças, essa atuação tem garantido uma participação indígena cada vez maior em conferências internacionais, destacando o papel dos povos originários no enfrentamento à crise climática e na proteção da biodiversidade.

Os avanços podem ser vistos nos números da COP30, que registrou

um número recorde de 5 mil indígenas do mundo inteiro na conferência. A Amazônia brasileira esteve no centro desta mobilização; como anfitriã indígena, a Coiab liderou a campanha 'A Resposta Somos Nós', levando as prioridades e soluções dos povos indígenas e comunidades tradicionais para o debate climático. No centro das reivindicações, está o reconhecimento e a proteção dos territórios indígenas, principalmente por meio da demarcação de terras, como política de clima.

Por outro lado, uma das grandes lições da COP, segundo lideranças indígenas, é a necessidade de transformar compromissos em ações concretas, especialmente no acesso a financiamento

e na garantia de direitos territoriais.

Segundo o coordenador-geral da Coiab, Toya Manchineri, a presença indígena na conferência exigiu um grande esforço de mobilização. "Foi muito desafiador. Primeiro, fazer uma captação de recursos bastante alta, para que a gente pudesse dar as condições necessárias para que as lideranças das organizações da rede Coiab pudessem participar da COP30. Segundo, o número limitado de credenciais para os parentes", revelou.

Para se ter uma ideia, apenas 360 indígenas brasileiros foram credenciados para as atividades da Zona Azul da COP, espaço onde ocorrem as negociações climáticas oficiais. ☺

Apesar dos obstáculos, Toya avalia que houve avanços na visibilidade das pautas indígenas. “A gente conseguiu levar as demandas que a Coiab vem trabalhando, por meio da nossa NDC indígena, e dar uma visibilidade bastante grande às organizações indígenas. O grande desafio, como em todas as COP, é colocar em prática o que é definido”, ressaltou.

A COP31 será realizada em Antália, na Turquia, de 9 a 20 de novembro deste ano, com a Austrália liderando os processos de negociação. Sineia do Vale, liderança do povo Wapichana e co-presidente do Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas (IIPFCC ou Caucus Indígena), reafirma a necessidade do movimento indígena se preparar para a conferência.

“Saímos da COP30 com diversas interrogações. Vamos ter recurso direto para os povos indígenas? Quanto tempo vai demorar? A gente vive a crise climática agora, não dá para esperar, precisamos de recurso agora. A Amazônia está sofrendo perdas enormes causadas pela crise climática que não estão sendo contabilizadas. Vamos nos organizar enquanto movimento, manter um grupo forte da Amazônia e do Brasil, para que não pareça que a COP30 foi só uma euforia”, afirmou Sineia.

Para isso, o movimento indígena segue articulando sua participação na agenda climática em 2026, com incidência programadas em espaços como a Conferência do Clima de Bonn, Semana do Clima de Nova York e o Caucus Indígena, entre outras agendas.

## RESULTADOS DA COP30

# AVANÇOS X PREOCUPAÇÕES

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Homologação de 4 Terras Indígenas no Brasil</li> <li>• Inclusão inicial de referência a direitos territoriais indígenas no Mutirão Global</li> <li>• Reconhecimento da importância dos direitos indígenas no Programa de Mitigação (Sharm el-Sheikh)</li> <li>• Reconhecimento da necessidade de financiamento direto para povos indígenas e definição de percentual mínimo de 20% no Tropical Forests Forever Facility (TFFF)</li> <li>• Avanço no acesso direto a recursos no Fundo Verde para o Clima (GCF)</li> <li>• Inclusão dos Povos Indígenas em Isolamento e Recente Contato (PIIRC) no Programa de Trabalho de Transição Justa</li> <li>• Declaração de Belém sobre a Transição para Fora dos Combustíveis Fósseis, proposta pela Colômbia</li> <li>• Presença indígena recorde na COP30</li> <li>• Referências aos sistemas de conhecimento indígenas em vários textos, como o do Mutirão Global</li> <li>• Fortalecimento da articulação entre povos indígenas da Bacia Amazônica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de ambição e compromisso dos governos diante da crise climática</li> <li>• Ausência de garantias efetivas de proteção territorial indígena</li> <li>• Não inclusão de direitos indígenas na parte operacional dos acordos</li> <li>• Reconhecimento de direitos sem mecanismos concretos de proteção</li> <li>• Falta de segurança jurídica para os territórios indígenas</li> <li>• Financiamento insuficiente e desproporcional ao papel dos povos indígenas</li> <li>• Falta de salvaguardas sociais e ambientais adequadas nos mecanismos financeiros</li> <li>• Ausência de mecanismos plenamente acessíveis, diretos e culturalmente adequados</li> <li>• Limitação do financiamento apenas à mitigação (sem contemplar adaptação e perdas e danos)</li> <li>• Não declaração de zonas livres de petróleo, gás, mineração e monocultivos em territórios indígenas</li> <li>• Retirada de referências a impactos socioambientais da mineração no Programa de Trabalho de Transição Justa</li> <li>• Distância entre presença indígena e participação real, plena e efetiva nas decisões</li> </ul>
--	--



Sineia do Vale em sessão do Caucus Indígena na COP30. Foto: Kaianaku Kamaiurá



Valéria Paye, diretora-executiva do Fundo Podáali. Foto: Gabriel Oliveira

## INCIDÊNCIA POLÍTICA E LIÇÕES DA COP

A experiência da COP30 reforçou uma percepção já consolidada entre as organizações indígenas: os espaços multilaterais são arenas de disputa contínua. Para a diretora executiva do Podáali - Fundo Indígena da Amazônia Brasileira, Valéria Paye, os avanços conquistados ainda são insuficientes diante da dimensão da crise climática.

“O movimento indígena compreendeu que sua presença não pode ser apenas simbólica. É preciso ocupar os espaços com clareza estratégica, capacidade técnica, unidade política e demonstrar que os povos indígenas têm soluções eficientes que precisam ser consideradas”, destacou.

Valéria também alerta para um problema estrutural: “A ampliação da

participação indígena é um avanço, mas não substitui a necessidade de alterar a arquitetura financeira global e os mecanismos que historicamente excluíram os territórios do acesso direto aos recursos”.

Segundo ela, o próximo ciclo exigirá ainda mais articulação. “A conferência é um momento, mas o processo é contínuo. A defesa da vida, da floresta e da autodeterminação exige persistência estratégica e alianças amplas”, disse.

### **ESTRATÉGIA: FINANCIAMENTO DIRETO E PROTAGONISMO INDÍGENA**

Os aprendizados nas conferências internacionais já orientam a atuação do Fundo Podáali na agenda climática e de biodiversidade. De acordo com Valéria,

a prioridade é garantir que os recursos cheguem diretamente aos territórios.

“As políticas climáticas só serão eficazes se reconhecerem os mecanismos próprios de gestão indígena e garantirem acesso direto a recursos”, afirmou.

Para os próximos anos, a estratégia envolve ampliar a incidência nos espaços de decisão global. “Há uma estratégia clara de intensificar a incidência nos espaços onde se definem regras e fluxos financeiros. O objetivo é assegurar que os modelos de gestão indígena sejam reconhecidos como parte das soluções globais”, destacou.

Ainda assim, o foco segue nos territórios. “Demonstrar, com resultados concretos, que as soluções construídas pelos povos indígenas são eficazes no enfrentamento das mudanças climáticas e na proteção da biodiversidade”, completou. ☺

Conferência Internacional para a Eliminação Progressiva dos Combustíveis Fósseis  
Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas

Caucus Indígena da Biodiversidade COP17 da Biodiversidade

FEVEREIRO

6ª Reunião do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI 6)  
Fórum Indígena Internacional sobre Biodiversidade (IIFB)

ABRIL

Conferência do Clima de Bonn

JULHO

Reunião do SBSTTA da Biodiversidade

AGOSTO

COP17 de Combate à Desertificação

OUTUBRO

Semana do Clima de Nova York

NOVEMBRO

Caucus Indígena COP31

## DEFESA DA BIODIVERSIDADE

Na agenda da biodiversidade para este ano, a rede Coiab iniciou sua incidência em fevereiro, quando participou da reunião do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI) da Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB) e do Fórum Internacional Indígena sobre Biodiversidade (IIFB ou Caucus Indígena), realizados em Roma, na Itália.

As delegações da Coiab, Podáali e União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab) acompanharam e incidiram nos debates sobre mobilização de recursos e mecanismo financeiro, Plano de Ação para a Igualdade de Gênero, cooperação com outras convenções

e organizações internacionais e instrumentos especializados de acesso internacional e repartição de benefícios no contexto do Artigo 4, parágrafo 4, do Protocolo de Nagoya. Na plenária junto às Partes, a Coiab representou o IIFB e realizou a defesa do texto indígena para o Plano de Ação para a Igualdade de Gênero.

A próxima edição da COP da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) está marcada para acontecer de 19 a 30 de outubro deste ano, em Yerevan, na Armênia.

Entre avanços e desafios, a experiência nas conferências reforçou que a agenda climática e de biodiversidade para os povos indígenas está longe de ser resolvida. A ampliação da participação é um passo importante, mas ainda

insuficiente diante das desigualdades estruturais que marcam o sistema global.

O futuro dessa agenda dependerá da capacidade de articulação política, do fortalecimento das alianças internacionais e, sobretudo, da garantia de que os povos indígenas não sejam apenas ouvidos, mas protagonistas nas decisões que impactam seus territórios e modos de vida.

Para Toya Manchineri, um próximo passo é fortalecer alianças internacionais. “O que a gente espera das próximas conferências é fortalecer mais ainda a aliança da Coiab com os povos indígenas de outros continentes, em defesa do clima e da biodiversidade. Os povos indígenas têm que se unir e levar em conjunto suas indicações na defesa dos seus direitos”, finalizou. ①

Delegação da Amazônia Indígena na reunião da SBI, em Roma. Foto: Vicente Taveira





Brigada de Mulheres Pataxibas, no estado de Roraima; Paíter Surui; Iniciativa Kateoko, no estado do Mato Grosso; Iniciativa Autodemarkação e Vigilância Territorial Kumaruara Fortalecendo o Direito à Terra e à Autonomia Indígena. Foto: Arquivo Podáali

# PRÊMIO CIÊNCIAS INDÍGENAS DO PODÁALI FORTALECE SOLUÇÕES ANCESTRAIS PARA ENFRENTAR A CRISE CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA

**ENTRE RIOS, ROÇADOS E TERRITÓRIOS, INICIATIVAS INDÍGENAS REVELAM QUE AS RESPOSTAS PARA A MUDANÇA DO CLIMA JÁ EXISTEM NA AMAZÔNIA, SUSTENTADAS POR CONHECIMENTOS MILENARES E PELA DEFESA DA FLORESTA**

Por Karina Pinheiro

O Podáali – Fundo Indígena da Amazônia Brasileira, em parceria com a Coiab, lançou a primeira edição do Prêmio Ciências Indígenas: “Soluções ancestrais pelo clima, pela Amazônia e por todas as vidas”, uma iniciativa voltada ao reconhecimento de práticas desenvolvidas por povos, comunidades e organizações indígenas que contribuem diretamente para o enfrentamento das mudanças climáticas. Lançado no dia 09 de abril durante o Acampamento Terra Livre (ATL) 2025, a premiação integra a campanha indígena “A resposta somos nós”, destacando o protagonismo dos povos indígenas na proteção da floresta e

na construção de caminhos para enfrentar a crise climática global.

A primeira edição recebeu 170 propostas de diferentes Estados da Amazônia Legal, apoiando 67 iniciativas distribuídas entre coletivos indígenas locais, organizações indígenas e organizações da rede Coiab. Os prêmios variaram entre R\$ 20 mil, R\$ 40 mil e R\$ 50 mil, recursos destinados ao fortalecimento e à ampliação das atividades já realizadas pelos povos indígenas.

Para a diretora-executiva do Podáali, Valéria Paye, o prêmio representa um marco na valorização das ciências indígenas e na construção de novas

formas de apoio às iniciativas dos territórios.

“A primeira edição deste prêmio reafirma que os povos indígenas são protagonistas na construção de soluções para o planeta. Ao reconhecer e apoiar iniciativas que nascem nos territórios, estamos demonstrando que o financiamento climático precisa chegar diretamente às comunidades que historicamente protegem a floresta. Valorizar as ciências indígenas é também reconhecer que existem sistemas de conhecimento capazes de orientar respostas reais para a crise climática”, destacou a diretora executiva. ☺

PREMIADAS POR ESTADO:

- ACRE - 07
- AMAZONAS - 11
- AMAPÁ - 05
- MATO GROSSO - 07
- MARANHÃO - 06
- PARÁ - 07
- RORAIMA - 07
- RONDÔNIA - 06
- TOCANTINS - 08
- COIAB - 02
- UMIAB - 01



TOTAL GERAL DE INICIATIVAS  
 PREMIADAS: 67

Criado para valorizar iniciativas que já acontecem nos territórios, o prêmio reconheceu experiências coletivas baseadas nos conhecimentos tradicionais e nas ciências indígenas. As ações contempladas incluem iniciativas de proteção territorial, manejo sustentável dos recursos naturais, fortalecimento da soberania alimentar, recuperação ambiental e valorização de práticas culturais e medicinais tradicionais. Ao trazer as experiências do território, o prêmio reforça que os povos indígenas estão entre os principais responsáveis pela conservação da Amazônia e pela manutenção do equilíbrio climático do planeta.

A premiação ganhou dimensão audiovisual com o lançamento do documentário “Ciências Indígenas”, apresentado durante a programação do Podáali na COP30, em Belém. O filme reúne registros realizados em diferentes territórios da Amazônia e acompanha o cotidiano de lideranças, guardiães e guardiões da floresta que

desenvolvem práticas de proteção territorial, manejo sustentável e fortalecimento cultural a partir dos conhecimentos ancestrais.

A produção audiovisual percorreu 20 das 67 iniciativas premiadas, revelando experiências que demonstram, na prática, como as ciências indígenas operam como sistemas de conhecimento aplicados à gestão dos territórios e à proteção da biodiversidade. Ao documentar essas experiências, o filme busca ampliar a compreensão pública sobre o papel estratégico dos povos indígenas na manutenção dos ecossistemas amazônicos e na construção de respostas concretas à crise climática.

Apresentado durante as agendas do Fundo na conferência climática, o documentário também se consolidou como uma ferramenta de comunicação e incidência política. Desde seu lançamento, a produção alcançou mais de 150 mil visualizações em 2026, ampliando o alcance das narrativas indígenas e fortalecendo o debate sobre a importância do financiamento direto aos territórios como estratégia para enfrentar os desafios ambientais globais. ①



Lançamento do Filme Ciências Indígenas. Foto: Karina Pinheiro



Formação de Comunicadores Indígenas - Foto: Antônio Marinho; Formação dos AMIS - Brasília. Foto: Pedro Tukano; Formatura do Curso de Formação Estratégica de Lideranças Indígenas - Maio de 2025 - Manaus - AM. Foto: Antônio Marinho; Curso de Economias Indígenas - Foto: Madalena Vieira; Curso de Gestão de Organizações Indígenas Foto: Madalena Vieira.

# INICIATIVA DA COIAB FORTALECE ORGANIZAÇÕES, LIDERANÇAS E AÇÕES NOS TERRITÓRIOS DA AMAZÔNIA

*PROJETO REDES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA APOIA A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS, MONITORAMENTO TERRITORIAL E FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NOS NOVE ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA*

*Por Antônio Marinho Piratapuya*

Há mais de três décadas, a Coiab atua na articulação política e no fortalecimento das organizações indígenas que compõem sua rede nos nove estados da Amazônia brasileira. Ao longo desse período, a Coiab tem sido protagonista na defesa dos direitos dos povos indígenas, na luta pela demarcação dos territórios tradicionais e na promoção de políticas públicas voltadas à saúde, educação diferenciada e valorização dos saberes e modos de vida dos povos originários.

Dando continuidade a esse trabalho, em 2024 a Coiab iniciou a implementação do **projeto Redes Indígenas da Amazônia**, iniciativa voltada ao fortalecimento institucional da organização e de sua rede, formada pela Articulação dos Povos Indígenas do Amazonas (Apiam); pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR); Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (Apoianp); Federação dos Povos Indígenas do Pará (Fepipa); Coordenação das Organizações

e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima); Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins (Arpit); Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoimt); Organizações dos Povos Indígenas de Rondônia e Noroeste do Mato Grosso (Opiroma); e o Movimento Indígena do Acre, além da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab). ☺

No caso do Movimento Indígena do Acre, foi realizada uma reunião de alinhamento que definiu a Matpha como a organização responsável por receber os recursos do projeto e coordenar sua implementação no estado. O mesmo ocorreu com a Apoianp, que definiu a Associação Indígena do Povo Karipuna (Aika) como a organização responsável por receber os recursos e coordenar, em conjunto com a coordenação da Apoianp, a implementação do projeto no estado.

O projeto também garante apoio à Umiab, especialmente no fortalecimento da política de gênero, a partir da atuação e gestão da própria organização. A iniciativa é desenvolvida em parceria com a The Nature Conservancy Brasil (TNC Brasil) e conta com recursos do Fundo Amazônia, geridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa iniciativa busca ampliar a capacidade de gestão das organizações indígenas, fortalecer a atuação política do movimento indígena e promover ações estratégicas nos territórios da Amazônia.

## FORTALECIMENTO DA REDE INDÍGENA

O projeto Redes Indígenas da Amazônia está estruturado em quatro componentes principais: a Plataforma Indígena de Monitoramento de Resultados da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), o fortalecimento da governança das organizações indígenas estaduais, a formação de lideranças por meio do Centro Amazônico de Formação Indígena (Cafi) e o fortalecimento institucional da própria Coiab.

Para o coordenador-geral da Coiab, Toya Manchineri, o projeto representa um passo importante para ampliar a atuação das organizações indígenas na Amazônia. “O projeto Redes é estratégico para Coiab, porque fortalece a governança indígena e a autonomia das nossas organizações. Quando fortalecemos as organizações indígenas nos estados, estamos fortalecendo a nossa luta, a nossa capacidade de gestão dos territórios e a nossa incidência política em toda a Amazônia”.

## IMPLEMENTAÇÃO DA PNGATI NA AMAZÔNIA

O projeto também contribui diretamente para o fortalecimento da PNGATI, criada em 2012. Essa política tem como objetivo garantir a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais nas terras indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena e a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Ao incentivar a gestão territorial realizada pelos próprios povos indígenas, a PNGATI se tornou um instrumento fundamental para fortalecer a autonomia das comunidades na proteção de seus territórios e na defesa de seus direitos. Nesse contexto, o projeto Redes Indígenas busca ampliar a participação das organizações indígenas na implementação dessa política pública, apoiando ações de monitoramento territorial, formação de técnicos e lideranças indígenas e fortalecimento institucional das organizações.



Toya Manchineri | Coordenador-Geral da Coiab - Foto: Edinho Kambeba



GG

*“O Comitê Gestor da PNGATI tem discutido cada vez mais a importância de fortalecer a governança indígena e garantir recursos para que as próprias organizações indígenas implementem a gestão territorial e ambiental em seus territórios. A PNGATI só se fortalece quando chega na ponta, nas comunidades, e projetos como o Redes Indígenas ajudam a transformar essa política em ações concretas dentro dos territórios”*, afirma **Ruwi Manchineri**, membro do Comitê Gestor da PNGATI.



## FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS, AGENTES E COMUNICADORES

Entre as principais ações promovidas pelo projeto está a formação de lideranças indígenas por meio do Cafí, espaço voltado à capacitação política e técnica de novas lideranças.

“O Cafí ficou quase dez anos sem funcionamento. Com o projeto, conseguimos retomar esse espaço de formação e preparar novas lideranças indígenas para atuar nos territórios e nos espaços de decisão”, destaca Toya Manchineri.

Outra frente importante é a formação de Agentes de Monitoramento Indígenas (AMI), que atuam no acompanhamento e na proteção dos territórios. O projeto

também promoveu cursos de Economias Indígenas, voltados ao fortalecimento de iniciativas produtivas sustentáveis nas comunidades, e apoia o fortalecimento da Rede de Comunicadores e Comunicadoras Indígenas da Amazônia, que produzem conteúdos diretamente nos territórios e são divulgados nas plataformas digitais da Coiab.

Para o vice-coordenador da Coiab, Alcebias Saporá, essas ações ajudam a consolidar a atuação em rede do movimento indígena.

“O projeto fortalece a articulação entre as organizações da Amazônia e amplia nossa capacidade de atuação nos territórios. Quando fortalecemos as organizações de base, fortalecemos também a luta dos povos indígenas pela defesa de seus direitos e pela proteção da Amazônia”, afirma. ☺



## REDES INDÍGENAS EM NÚMEROS

O projeto abrange as **64 etnorregiões da Rede Coiab**, envolvendo organizações indígenas nos nove estados da Amazônia brasileira. Até 2025, já foram realizadas 05 formações em temas estratégicos, além da revisão da ferramenta MonitorGATI e da realização de 46 aplicações da ferramenta em **55 Terras Indígenas**.



### Formações realizadas & Pessoas formadas:

Valor Total do Projeto:

**R\$ 59.964.064,00**



### FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA REDE

De acordo com a coordenadora-secretária da Coiab, Marciely Tupari, o projeto responde a uma demanda histórica do movimento indígena.

“Muitas organizações não tinham estrutura administrativa ou técnica para desenvolver projetos e algumas nem sequer possuíam CNPJ. O projeto Redes veio justamente para fortalecer essas organizações e garantir que elas possam atuar de forma mais estruturada dentro dos territórios”, explica.

No estado do Amapá, por exemplo, os primeiros resultados já começam a aparecer. A coordenadora da Apoianp, Luene Karipuna, destaca que o projeto tem contribuído diretamente para estruturar a organização e fortalecer a articulação entre os povos indígenas da região.

“Durante muitos anos, as lideranças sonharam em ter uma sede própria, um espaço que fosse a casa dos povos indígenas do Amapá e Norte do Pará. Com o projeto Redes, conseguimos dar passos importantes para estruturar essa sede e fortalecer a organização”, afirma.



Oficina de Comunicação na Sede da Apoioanp, Macapá/AP. Foto: Divulgação/Apoianp



Coordenadores da Apoioanp na Oficina de Comunicação na Sede da Apoioanp - Macapá/AP. Foto: Divulgação/Apoianp

Segundo ela, além da estrutura física, o projeto também tem proporcionado aprendizado na gestão administrativa e financeira das iniciativas desenvolvidas pelas organizações indígenas. “Esse apoio não traz apenas recursos materiais. Ele também fortalece nossa capacidade de gestão e organização. Hoje temos uma equipe trabalhando, com assistência administrativa, comunicação, assessoria

jurídica e coordenação de projetos, algo que antes não existia”, explica.

Luene também destaca que o fortalecimento institucional tem ampliado a confiança de parceiros e aberto novas oportunidades para a organização. “O projeto redes trouxe uma base importante para que possamos avançar. A partir dessa estrutura, já conseguimos elaborar

novas propostas de projetos e pensar em iniciativas para fortalecer ainda mais os povos indígenas da nossa região”, afirma.

Entre as iniciativas em construção está a proposta de elaboração de um protocolo estadual de consulta livre, prévia e informada, além de propostas de políticas públicas voltadas aos povos indígenas do Amapá e norte do Pará. ☺



## PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS

O projeto também fortalece a atuação das mulheres indígenas da Amazônia por meio da Umiab. Para a coordenadora da organização, Marinete Tukano, a iniciativa responde a uma demanda

crecente das mulheres indígenas por mais espaços de formação e troca de saberes entre os territórios.

“Nas nossas visitas aos territórios, vemos cada vez mais mulheres pedindo formação e oportunidades de intercâmbio. Muitas querem fortalecer conhecimentos da medicina tradicional,

das parteiras e de outros saberes que fazem parte da nossa cultura”, afirma.

Segundo a coordenadora, o projeto Redes contribui diretamente para fortalecer tanto as novas lideranças quanto aquelas que já atuam nas comunidades. “Esse projeto vai fortalecer muito a formação de novas





## Luciene Tariano

Coordenadora do Departamento de Negócios Socioambientais da FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

“Participar da oficina de economias indígenas foi uma experiência muito importante para mim, pois trouxe reflexões que dialogam diretamente com aquilo que já vivemos e desenvolvemos em nossos territórios. Foi um espaço de escuta e troca com outros parentes, que fortaleceu ainda mais a compreensão de que as economias indígenas vão muito além da geração de renda, elas estão profundamente ligadas à nossa identidade, à nossa organização e à nossa forma de viver. E um dos principais aprendizados foi a importância de planejar melhor nossas iniciativas comunitárias, valorizar o que já produzimos localmente e buscar caminhos para agregar valor aos nossos produtos, sem perder nossa essência cultural”.

## Gilson Curuaia

Cursista do Curso de Lideranças do Cafè – Turma de 2025

“O curso de lideranças é muito importante para o fortalecimento e o empoderamento das lideranças indígenas da nossa Amazônia, pois prepara as lideranças para os desafios do dia a dia, trazendo conteúdos que ajudam a compreender a contextualização histórica, política e os fundamentos dos direitos indígenas. Sabemos que a luta dos povos indígenas é uma luta histórica de resistência pela nossa existência e pelos nossos territórios. Esse espírito de luta já está presente em cada povo. Nesse sentido, o curso ajuda a fortalecer essa trajetória e preparar novas lideranças para dar continuidade a esse processo. Por isso, nós, lideranças indígenas, precisamos estar informados e empoderados para lidar com esses desafios, que são fruto de um sistema de colonização que prioriza a exploração e o lucro para poucos, muitas vezes à custa da violação e da exploração dos nossos territórios. Ao mesmo tempo, é importante afirmar que o nosso conhecimento ancestral é uma ciência construída nos territórios e quando fortalecemos essa formação, conseguimos mostrar que os povos indígenas têm respostas e soluções não apenas para os desafios dos nossos territórios, mas também para os problemas que o Brasil e o planeta enfrentam”.



## João Guajajara

Agente de Monitoramento Indígena

“Participar da formação de monitoramento territorial foi um momento muito importante, porque tivemos a oportunidade de conhecer e aprender a utilizar novas ferramentas tecnológicas que estão disponíveis para nós, povos indígenas, e que ajudam a fortalecer o monitoramento dos nossos territórios. Hoje, eu trabalho diretamente nessa área e já utilizamos muitos dos conhecimentos que aprendemos, principalmente para coletar coordenadas, identificar pontos específicos e acompanhar a situação de diferentes regiões do território. Com isso, conseguimos consultar como está cada região e realizar o monitoramento de forma mais eficiente, ajudando a manter o território mais protegido e conservado. Nesse sentido, é muito importante que nós, parentes indígenas, sejamos capacitados para utilizar essas ferramentas, pois isso demonstra a nossa capacidade e também evita que fiquemos dependendo sempre de pessoas de fora para realizar esse trabalho. Quando somos nós mesmos que conduzimos esse processo, o monitoramento se torna mais eficiente, já que conhecemos o território e sabemos interpretar melhor as informações que coletamos. Por tanto, esse projeto veio justamente para fortalecer o nosso conhecimento e apoiar o uso dessas tecnologias dentro dos territórios, contribuindo significativamente para o nosso trabalho e na proteção das nossas terras”.



## Nailson Wapichana

Comunicador Indígena do CIR

“A chegada do Projeto Redes foi muito importante para nós porque está fortalecendo a comunicação indígena e ampliando os conhecimentos de quem já atua na área. Mesmo para nós que já temos experiência, o projeto proporciona a oportunidade de aprender mais, se atualizar e fortalecer ainda mais a nossa atuação como comunicadores. Além disso, esse conhecimento não fica apenas com a gente. Levamos para dentro dos territórios e contribuimos na formação de novos comunicadores indígenas, especialmente jovens que demonstram interesse pela comunicação. Assim, o projeto ajuda a fortalecer não só quem já atua, mas também formar novas lideranças. Essa iniciativa fortalece a luta dos comunicadores indígenas da Coiab, oferecendo apoio, formação, incentivo e contribui para fortalecer a nossa rede de comunicadores e comunicadoras indígenas e dialogar com outros coletivos, ampliando o alcance da comunicação indígena da Amazônia”.



## COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA COIAB (2022 - 2026)

**Toya Manchineri**, Coordenador-Geral  
**Alcebias Sapará**, Vice-Coordenador Geral  
**Dineva Kayabi**, Coordenadora Tesoureira  
**Marciely Tupari**, Coordenadora Secretária  
**Sergio Marworno**, Vice-coordenador Secretário  
**Kleber Karipuna**, Coordenador-executivo da Apib pela Coiab  
**Angela Kaxuyana**, Representante da Coiab na Bacia Amazônica

## EXPEDIENTE

**Texto:** Antônio Marinho Piratapuya, Carolina Givoni, Karina Pinheiro, Lia dos Santos e Valdeniza Vasques

**Edição:** Valdeniza Vasques

**Diagramação/ilustrações:** Rafael Melgueiro

**Fotos:** Antônio Marinho Piratapuya, Bruna Sirayp, Edinho Kambeba, Edvaldo Tenharin, Gabriel Oliveira, Kaianaku Kamaiurá, Kaiti Gavião, Madalena Vieira, Nathalia Apurinã, Pedro Tukano, Pepyaká Krikati, Rafael Melgueiro, Ronaldo Tapirapé e Vicente Taveira

+55 92 8442-2243

secretaria@coiab.org.br | coordenacaogeral@coiab.org.br

Avenida Ayrão, 235  
Presidente Vargas  
Manaus, Amazonas  
Brasil | 69.025-290

@coiabamazoniaoficial

@coiabamazonia

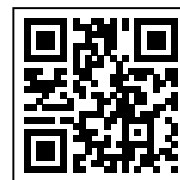
@CoiabAmazonia

@COIABamazonia

@coiabamazonia

Amazônia Indígena

Acesse nosso site



coiab.org.br



Movimento  
Indígena  
do Acre



Unir para organizar,  
fortalecer para conquistar



# A RESPOSTA SOMOS NÓS

